

# Os Guarani Kaiowá

FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER\*

**A** imprensa nacional tem divulgado, sistematicamente, fatos da tragédia pela qual passam os guaranis, do estado de Mato Grosso do Sul. Ela vem de longas datas, embora muitos, na atualidade desconheçam a trajetória da Nação Guarani, no Brasil. Os Guarani Kaiowá vivem atualmente na porção sul do território do Mato Grosso do Sul. Sobre suas terras tradicionais avançou a fronteira agrícola brasileira, através de políticas desenvolvimentistas que tiveram início na primeira metade do século XX, e que perduram até hoje. No período de colonização, os guaranis já se encontravam em meio a uma disputa territorial. Os espanhóis, com base em Assunção e, por outro, os portugueses, com base no litoral brasileiro, disputavam o território Guarani Kaiowá, dominando-o e escravizando os seus habitantes.

Com o Tratado de Madrid (1750), as fronteiras entre o território português e espanhol começam a ser definidas. O processo de ocupação territorial, por parte dos não índios, somente começa a se concretizar após a Guerra do Paraguai (1864/1870).

Em fins do século XIX, começou o povoamento da região por não índios devido, sobretudo, à exploração da erva-mate, riqueza extraída do território Guarani, que possuía um grande valor de mercado na Bacia do Prata. O período da extração da erva-mate, como forma de exploração dominante, durou até o primeiro quarto do século XX, quando entrou em decadência, o que coincide com o período em que o governo brasileiro procurava consolidar o território e fortalecer a jovem República. As terras fronteiriças tinham o predomínio da língua e dos

---

\* Professor, Doutor em Filosofia em Educação (USP). Sócio honorário do Instituto do Ceará.

costumes estrangeiros e contavam com uma grande população indígena. Como medidas para consolidar o território, o governo brasileiro cancelou as concessões de terras para estrangeiros e procurou levar a “civilização” para a região, dando início a um processo de formação de reservas, com a tomada de terras das populações indígenas e colonização da região com não índios. Esse processo de colonização com não índios é que dá início ao saque das terras tradicionais dos guaranis kaiowás no Mato Grosso do Sul, causando a sua desterritorialização e restringindo-os a viverem em reservas. De 1915 a 1928 foram criadas oito reservas indígenas com esse fim. Durante o Estado Novo (1937-1945), o Governo brasileiro passou a promover políticas para a ocupação do Oeste, a chamada “Marcha para o Oeste”. No centro dessas políticas levadas a cabo pelo governo Getúlio Vargas estava embutido um processo intenso de desterritorialização da população indígena, que passou a ser confinada em reservas criadas pelo Estado, sem qualquer tipo de consulta aos povos indígenas que para lá foram levados, assim como a criação de colônias, com o objetivo de aliviar a tensão social vivida em outras regiões, como o Nordeste. Desse modo, foram distribuídas terras nessa região “vazia” do território brasileiro, sobretudo, para os migrantes nordestinos.

Para ocupar as matas “vazias” do oeste brasileiro, o Estado criou a Fundação Brasil Central, órgão que objetivava coordenar um projeto de desenvolvimento e ocupação de terras “desabitadas” no Centro-Oeste. Entre as medidas tomadas nessa época encontra-se a criação da CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados-MS (1943), que gerou uma forte atração populacional para a região sul do Mato Grosso do Sul e exerceu forte pressão sobre os territórios indígenas tradicionais. (LIMA, 2011)

A vida dessa gente ficou marcada pela violência das frentes de expansão do capital agrícola, presente no processo de expropriação territorial, que por sua vez, conduz à perda do acesso à alimentação, educação e saúde e ao extermínio dos grupos mais fragilizados.

Tem-se, assim, de um lado, o pujante agronegócio, movimentado pelo plantio de cana-de-açúcar, soja e milho e pela intensiva criação de gado; e de outro, mais de 40 mil índios habitando fragmentos de terra, isolados e dispersos em 69 áreas, que incluem 36 acampamentos onde as condições de sobrevivência são subumanas.

A raiz do conflito remonta ao final da Guerra do Paraguai, quando teve início a tomada do território guarani por diversas formas de exploração econômica. O povoamento da região foi alicerçado a partir de atividades produtivas em grandes fazendas e da proletarização dos “bárbaros silvícolas”, tarefa atribuída ao antigo SPI, antecessor da FUNAI.

O desastroso processo de incorporação dos guaranis à “comunidade nacional” se deu com intenso derramamento de sangue. Os índios somente se submeteram após violento genocídio, em sucessão que prossegue até hoje. O deslocamento temporário para as frentes de trabalho é apontado pelos especialistas e pelas próprias famílias indígenas como fator de impedimento de sua organização social.

Nos governos posteriores, de 1950 a 1970, o processo de colonização se intensificou. O fluxo migratório passou a aumentar com colonos vindos de estados mais próximos como SP, PR, SC e RS, para explorar a nova fronteira agrícola, sobretudo para a plantação de soja e cana-de-açúcar. Na década de 1980, essa migração atingiu o seu ápice, motivada pelas novas condições que se estabeleceram com a divisão estadual e criação do estado do Mato Grosso do Sul, até então pertencente ao Mato Grosso. Toda essa expansão da fronteira agrícola ocorreu em detrimento das terras da população indígena. Enquanto suas terras eram tomadas, as famílias Guarani Kaiowá eram confinadas em reservas, juntamente com os Guarani Nandeva e os Terena. Depois de haverem sido desterritorializados, passaram a ser também destituídos de seus símbolos, costumes e tradições. O estado tinha o objetivo de tornar os guaranis kaiowás “cidadãos brasileiros”, adaptados à “civilização” e aos costumes do homem branco, queria forçá-los a aprender a língua, a produzir da maneira que o homem branco produz, a viver como não índios, incorporando os valores do homem branco “civilizado”. Esse processo de retirada dos povos originários de suas terras tradicionais e confinamento nas reservas não ocorreu sem resistência e derramamento de sangue, muitos são os relatos desse traumático processo de expulsão dos Guarani Kaiowá de suas terras. Foi um momento de extremo sofrimento do povo Guarani Kaiowá, que passou a viver confinado. Esse processo de tomada das terras tradicionais por parte do Estado durou muitas décadas e foi agravado por duas ditaduras (Estado Novo 1937-45 e a Ditadura Civil/Militar 1964-85) e por

uma série de governos que defendiam uma política desenvolvimentista que entendia a cultura e os costumes indígenas e a preservação ambiental como um atraso para o desenvolvimento do país.

A solução encontrada pelo estado foi a criação de reservas que, na verdade, tornaram-se verdadeiros depósitos humanos, em que índios são despejados para utilização como mão de obra agrícola. Hoje representam verdadeiros guetos. Populações que durante séculos sustentavam-se com abundância foram transformadas em dependentes do fornecimento de alimentos e vulneráveis às doenças decorrentes da fome, subnutrição, alcoolismo e de outras drogas. O confinamento viabilizou a instalação do agronegócio em parceria com multinacionais como Bunge, Cargill, ADM e Monsanto.

A reação dos índios para recuperarem suas terras organiza-se em torno do chamado *aty guasu* (grande assembleia). A dispersão e devastação de seus territórios os impedem de manter tanto sua subsistência quanto sua cultura. Na cosmologia guarani, os espaços territoriais denominam-se *tekoha* (lugar onde vivemos do nosso jeito). A dimensão religiosa é de extrema importância na luta pela reconquista de seus territórios. Os xamãs estão sempre presentes em todo ato público, dando uma conotação profética à busca do que denominam “terra sem males” ou o retorno à fartura e alegria de outros tempos.

Mesmo, assim, a vida do povo Guarani Kaiowá continua ameaçada pelos confinamento nas reservas do referido estado brasileiro, onde se aplicam metodologias integracionistas e assimilacionistas e pela destruição dos *tekoha*. Tal situação é parte do projeto desenvolvimentista levado a cabo pelo estado brasileiro e pelos agentes do agronegócio ou agrobandidismo. Calcula-se que, aproximadamente já houve cerca de 300 assassinatos de lideranças do povo Guarani Kaiowá. Na última década do século passado. Este número já passa dos 500 assassinatos, desde que eles deram início ao processo de retomada de suas terras tradicionais, a reconstituição de seus *tekoha*.

O Mato Grosso do Sul é o único estado brasileiro em que permanecem conflitos históricos, envolvendo terras indígenas. Os processos de demarcação e homologação de terras indígenas são emperrados por ações judiciais impetradas por ricos escritórios de advocacia, em nome do agronegócio. As terras dos guaranis, alvos dessa intensa grilagem, representam menos de 1% do território do estado, que tem a segunda

maior população indígena do país, com mais de 73 mil indivíduos e nove etnias. Mas o capitalismo é voraz e não respeita limites legais. O Conselho Indigenista Missionário estima que, somente nos últimos oito anos, cerca de 200 indígenas foram mortos em conflitos pela terra, enquanto o agronegócio atinge lucros na cifra dos bilhões.

Compreender a relação entre um modelo econômico predatório e a ineficiente política indigenista brasileira requer investigar o leniente papel do estado brasileiro e a devastação que o capital predador promove sobre espaços físicos e direitos humanos. Os índios apenas anseiam ter direito de ser o que são: guaranis.

O atual momento no Mato Grosso do Sul tem sido de grande conflito, os fazendeiros tem atuado em duas frentes principais, uma parlamentar, em que procuram criar novos mecanismos para dificultar ainda mais as demarcações e homologações de terras e mesmo rever as que já foram realizadas e outra armada, formando grupos de segurança privada que tem o aval da Polícia Federal para atuarem, os quais contratam pistoleiros e armamentos vindos do Paraguai e assassinando lideranças indígenas para forçar os Guarani Kaiowá a desistirem da luta pelas suas terras tradicionais.

A Frente Ruralista do parlamento brasileiro continua criando uma série de obstáculos legais para impedir as demarcações. Seus membros tiveram participação na elaboração e aprovação do novo Código Florestal, e, em Projetos de Emendas que retrocedem a legislação em relação aos direitos dos povos indígenas; como, por exemplo, a PEC 215, que recebeu críticas e manifestações contrárias da parte dos povos indígenas e quilombolas, que também estão diretamente afetados pelo projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados e Senado Federal. Mas, vem do Poder Executivo o principal entrave à demarcação de terras indígenas no Brasil, pois é de sua competência demarcar e homologar essas terras. Em 1988, quando foi promulgada a Constituição Cidadã, o Estado brasileiro se comprometeu em demarcar 100% das terras indígenas até 1993. Já se foram mais de 20 anos e nem a metade das terras indígenas foram demarcadas. Na Presidência da República há centenas de processos engavetados, esperando apenas a assinatura presidencial, homologando as demarcações. Dentre esses, há os processos das Terras Indígenas do Povo Guarani Kaiowá. Em julho próximo passado, a Advocacia Geral da União, uma espécie de ministério, baixou a Portaria

303/2012, que representa a sentença de morte dos povos Indígenas. Esta portaria retira todo direito à autonomia territorial; cria uma série de condicionantes para a população indígena em relação ao uso de seu território; propõe diminuição de área nas demarcações já homologadas; aprova empreendimentos dentro das terras indígenas, sem consulta prévia contrariando a Convenção 169 da OIT e autorizando a ação militar nos territórios indígenas. O curioso é que, em todas as fazendas de plantação de cana para produção do etanol, de soja, gado há grandes placas afixadas na entrada, indicando que aquele empreendimento recebe recursos dos bancos públicos, ou seja, os grandes proprietários rurais, responsáveis pelos assassinatos dos índios, são subsidiados pelo Governo brasileiro, que, o qual, ao invés de fazer demarcações, assinou no ano de 2007, um acordo com o EUA para a produção de etanol, tendo inaugurado na última década nada menos do que 20 usinas para a produção do etanol, todas localizadas dentro do território do povo Guarani Kaiowá, demonstrando, assim, o seu desinteresse em demarcar aquelas Terras, evidenciando, dessa forma, a sua aliança com capital estadunidense, aliando-se ao agronegócio, às construtoras imobiliárias, dentre outros empreendimentos. É a força do capital.

## Referências Bibliográficas

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, 1986.

BRAND, A. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre/PUC. Porto Alegre, 1997.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: *do “fim dos territórios” multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LIMA, Salvadora Caceres Alcântara. Espaço Guarani Mato-grossense: Ocupação e Confinamento. In. XIII Encontro Internacional Humboldt: América Latina como Geografia: perspectivas de desenvolvimento nacional?. Dourados-MS. 2011.

LUGON, Clovis. *A república comunista cristã dos guaranis*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1968.

SACK, Robert Davis. O significado da Territorialidade In: DIAS, Leila Christina; FERRARIA, Maristela. (Org.). Territorialidades Humanas e redes Sociais. Florianópolis, Insular, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias. et alii (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

